



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

JUSTIFICATIVA PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Descrição detalhada da qualificação técnica e notório conhecimento

Considerando o disposto no art. 32 da IN 35/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada em 09 de setembro de 2010, no boletim de serviço 173/DPF, in verbis:

*Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações **deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.***

Considerando tratar, o presente processo, de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei de Licitações e Contratos, que ampara a contratação direta por inexigibilidade de licitações, nas hipóteses de contratação para treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal;

Considerando que o senhor **FÁBIO ESPESCHIT ARANTES FONSECA** é profissional técnico da área de resgate, possuindo experiência em ministrar cursos, inclusive em versões anteriores do Curso de Operações Táticas, demonstrando dessa forma o domínio prático da atividade a que se propõe contribuir.

Considerando que o referido profissional é lotado no Grupamento de Busca e Salvamento do Bombeiro Militar do Distrito Federal. É importante salientar que a experiência do profissional no supracitado Grupamento de Busca e Salvamento, motivo principal de sua contratação, agrega importante habilidade ao futuro profissional de operações táticas. O referido conteúdo se enquadra completamente no conteúdo que se pretende ministrar ao aluno do Curso de Operações Táticas, ou seja, salvamento aquático e sobrevivência em meio aquático.

Considerando a qualidade perseguida na formação, aperfeiçoamento e capacitação dos Servidores Policiais, as particularidades dos cursos de capacitação na área policial e a natureza singular do cargo — que exige experiência na área de atuação, formação e experiência na atuação em cursos de formação profissional, conhecimento das diretrizes e necessidades da PF e da ANP, conhecimento técnico e pedagógico.

Considerando as profundas e rápidas transformações que nosso mundo vem sofrendo, com a sociedade cobrando cada vez mais da Administração Pública respostas precisas para suas demandas, e que neste contexto as entidades da Administração tomaram consciência da necessidade imperativa de investir em recursos humanos, formando profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções.

Considerando que esta preocupação com a formação do profissional torna-se ainda mais relevante quando se trata de servidores especializados e/ou com potencial para atuar em situações críticas, sendo que desses servidores espera-se, dentre outras capacidades, que sejam capazes de tomar atitudes e decisões corretas e coerentes no gerenciamento e negociação em crises.

JUSTIFICA-SE a contratação do profissional, senhor **FÁBIO ESPESCHIT ARANTES FONSECA**, para atuar como **PROFESSOR**, do **XV CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**, na disciplina **SALVAMENTO AQUÁTICO E SOBREVIVÊNCIA NA ÁGUA** com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei 8666/93.

Antônio Marcos Lourenço Teixeira
Delegado de Polícia Federal
Coordenador do Comando de Operações Táticas